



EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do Artigo 12º, nº2 e 3 da Lei 75/2013 de 12 setembro, foi convocada uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, para o dia 19 de fevereiro de 2016, pelas 21.00h, a ter lugar no salão do Polo de S. Julião (antiga Escola Conde Ferreira) sito na Av. Luísa Todi nº 354, 2900-454 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 1) **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, PPI e PPA PARA 2016.**

Setúbal, 10 de fevereiro de 2016

A Presidente da Assembleia de Freguesia



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

ATA Nº 01/2016 EM MINUTA

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal em sessão extraordinária, no Polo de S. Julião, sito na Av. Luísa Todi nº 354, 2900-454 Setúbal. -----

Foi Presidida por Ana Isabel Espada Pereira, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária. Estiveram presentes todos os eleitos conforme folha de presenças assinada. -----

Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, PPI E PPA PARA 2016.

Aprovada -----;

Reprovada com oito votos a favor; dez votos contra e uma abstenção; -----

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações do ponto número 1 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas. -----

A PRESIDENTE Ana Pereira

A 1ª SECRETÁRIA Donatília Rosa

A 2ª SECRETÁRIA Dina Maria

Setúbal
09/12/2016


**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE
SETUBAL, REALIZADA AOS DEZANOVE DIAS DO
MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS**

ATA Nº 1/2016

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu-se em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, no Polo de S. Julião, sito na Av. Luísa Todi nº 354, 2900-454 Setúbal, A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS)**, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

Compareceram os seguintes membros:-----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária -----

Ilda Fernandes Alves; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

Bancada do PS – Partido Socialista -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Ana Lúcia de Castro Godinho Rocha; João Vítor Miranda Inácio; -----

Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP -----

Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Paulo José Teixeira da Silva Mateus.-----

Bancada do BE – Bloco Esquerda -----

Silvana Cassaca Parreira Paulino. -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU);-----

Secretária – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU); -----

Vogal - Joaquim Mário Augusto Guerreiro (CDU); -----

Vogal – Carlos Manuel dos Reis Branco (BE); -----

Vogal - Maria Luís Alves da Silva Nunes (CDU); -----

Não compareceram os seguintes membros: -----

Ciro de Sá Silva (PS); Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si); Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si); -----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes, referiu que esta sessão extraordinária apenas tinha um ponto na ordem de trabalhos – **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES**

DO PLANO, ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, PPI e PPA PARA 2016. Seguidamente referiu que o Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Junta, tinha entregado uma nota explicativa sobre as alterações feitas ao Orçamento, tendo-lhe concedido a palavra para que desse uma breve explicação. **Teve a palavra o Presidente da Junta** que após cumprimentar todos os presentes referiu ser a terceira Sessão de Assembleia que se iria realizar para tentar aprovar um Orçamento, a fim do Executivo da Junta poder exercer as suas funções. Prosseguindo, salientou a importância do documento referindo que, entre gerir um Orçamento com as verbas e projetos para este ano e gerir um Orçamento com as verbas e projetos do ano passado não era a mesma coisa. Durante as três Sessões da Assembleia que se realizaram, houve sempre disponibilidade da parte do Executivo para reunir com as diferentes forças políticas representadas na Assembleia, no sentido de chegarem a um consenso, sendo a nota explicativa prova disso. Prosseguiu referindo que nestes dois meses foi complicado trabalhar por diversos motivos, um deles foi a questão de não se poder planear e programar atividades, outro motivo foi no setor do pessoal e nos serviços administrativos, pois trabalhar com o Orçamento do ano passado obrigou a ter que se fazer uma alteração no sistema informático da contabilidade, reestruturando todo o trabalho nesse sentido, o que implicou para além de muito trabalho, muito tempo e custos em horas extraordinárias. Quanto ao início de várias obras programadas para o começo do ano, como seja o Mercado da Lota, o Parque Lúdico do Casal das Figueiras, a Praceta Nunes de Almeida e a Conclusão da Obra da Varzinha, todas elas foram adiadas. Relembrou que a Assembleia de Freguesia tinha aprovado a nova adenda ao Protocolo de Delegação de Competências que também ficaria parado até aprovação do Orçamento, assim como o Concurso, pois sem aprovação do Mapa de Pessoal não se poderia continuar. Terminou a intervenção, desejando que todos tivessem consciência da posição que iriam tomar, no entanto, independentemente da aprovação ou não do Orçamento, o Executivo iria trabalhar na mesma sempre recetivo às diversas opiniões, mas cumprindo tudo aquilo a que se tinham proposto com a população da freguesia, se fosse aprovado tanto melhor, caso fosse reprovado caberiam as responsabilidades a quem tivesse assumido essa posição com as respetivas consequências políticas e respetivos resultados. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que tinha saltado a chamada, no entanto sendo a Sessão Extraordinária, as substituições que existiam estavam corretas e uma vez já todos se conhecerem poderiam confirmar que a Assembleia estava devidamente composta, -----

(Composição da Sessão Extraordinária da Assembleia: -----

Ana Isabel Espada Pereira (PS); Donátia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS); Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS); Ilda Fernandes Alves (PEV); João Luís de Matos Barreiros Poeira (CDU); Alberto Manuel de Sousa Pereira (CDU); Maria de Fátima Fernandes Ferreira (CDU); António de Oliveira Freixo (CDU); Jorge Gordo Martins (CDU); Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto (CDU); Paulo Alexandre Tavares Gomes (PS); Paulo Jorge Oliveira da Silva (PS); Ciro de Sá Silva (PS) (anexo 1) que pediu substituição, sendo substituído por Ana Lúcia de Castro Godinho Rocha (PS); João Vítor Miranda Inácio (PS); Pedro Gaivéo Duarte Luzio (Coligação Por Setúbal, Por Si); Carlos Alberto Calçada Cunha (Coligação Por Setúbal, Por Si); Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto (Coligação Por Setúbal, Por Si); Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) que faltou; Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si) que pediu substituição (anexo 2), sendo substituída por Paulo José Teixeira da Silva Mateus (Coligação Por Setúbal, Por Si) e Silvana Cassaca Parreira Paulino (BE). -----)

Seguidamente colocou o primeiro e único ponto da Ordem de Trabalhos, para discussão. -----

Teve a palavra a membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Ana Nieto, referindo, em nome da sua bancada: “que não estavam reunidas as condições necessárias para a aprovação do Orçamento, uma vez que não houve qualquer alteração significativa ao Orçamento apresentado anteriormente. A única alteração apresentada diz respeito à introdução de uma receita de quinze mil euros provenientes do IMI que teria obrigatoriamente que fazer parte do mesmo. Como tal, considera esta bancada que, não tem razões para alterar o seu sentido de voto.” Referiu que perceberam todos os constrangimentos apresentados pelo Presidente, mas seria responsabilidade do Executivo propor á oposição medidas concretas para conseguir viabilizar este instrumento

fundamental. Terminou salientando que sempre tiveram disponibilidade para ouvir mas que nunca ouviram nada. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que a sua intervenção era sobre o regimento, ou seja que a senhora Presidente tinha referido que por ser uma Sessão Extraordinária não haveria intervenção do público só havendo o período da ordem do dia com a respetiva ordem trabalhos, no entanto isso não estava mencionado no regimento, nele estava mencionado que nas Sessões haveria um período para a intervenção do público e um período antes da ordem do dia, o que se subentendia que são em todas as sessões, sejam elas ordinárias e/ou extraordinárias, art.º 27º e 29º - do Regimento da Assembleia de Freguesia.

A Presidente da Mesa, após se certificar, consultando o Regimento, referiu que na realidade o ponto 9 – Sessões Extraordinárias, só fazia referência à convocação, no entanto segundo a lei as sessões extraordinárias eram para tratar exclusivamente de assuntos específicos. Futuramente iria esclarecer melhor este assunto e perguntou à Assembleia se consentiam que se desse lugar ao Período para intervenção do Público, pelo que, após todos terem concordado e apesar de não constar na ordem de trabalhos deu por aberto esse ponto questionando se alguém queria intervir. Não havendo intervenções deu seguimento ao período da ordem do dia. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, que após saudar todos os presentes referiu que apesar de já terem elaborado uma declaração sobre o assunto, gostaria de explicar a situação em termos globais e prosseguiu referindo que apesar de ter havido alguma abertura para falarem com as bancadas, isso não acontecera com a deles. Quanto à Nota Explicativa mais se parecia com uma Alteração Orçamental de um orçamento já aprovado, pelo que não fazia muito sentido, uma vez que o Orçamento tinha sido feito de novo, apesar das definições não terem tido, praticamente, nenhuma alteração. Não se notou abertura da parte do Executivo de que quisesse negociar com as bancadas, se assim tivesse acontecido tinham analisado rubrica a rubrica definindo uma estratégia, no entanto existem rubricas cujos valores não estão corretos, como por exemplo a do pessoal, do qual a nossa bancada tinha solicitado o Mapa com os referidos valores e só nos foi enviado uma lista dos nomes; mas o que realmente queríamos era verificar se os valores que estão afetos a todo o pessoal da Junta, sejam eles do quadro ou referentes ao Protocolo de Descentralização, estavam corretos e o que nos enviaram, para além de ser uma vergonha, também não nos serviu para nada, motivo pelo qual fizemos novo requerimento com tudo bem especificado para que percebessem o que se tem solicitado, apesar de já ter sido a quarta vez que foi solicitado, sendo a quinta vez que vai ser entregue na Mesa da Assembleia para que o faça chegar, mais uma vez, ao Executivo da Junta. Prosseguiu referindo que o Orçamento apresentado era precisamente o mesmo de há três meses, o que demonstrava não ter havido vontade de o modificar; motivo que tem levado a bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, a chumbar o referido Orçamento e continuará a fazê-lo porque, até à presente data, não conseguiram entender como é que o Executivo tem chegado aos valores das rubricas que apresenta, solicitando mais uma vez a relação de todo o pessoal da Junta, incluindo a APPACDM que no fundo são trabalhadores, com os respetivos encargos e despesas, como sejam vencimentos, horas extras, funções que desempenham, enfim tudo o que seja afeto a todo o pessoal, para que possamos comparar valores, uma vez que 713 mil euros de pessoal é muito. Terminando referiu que quanto à nota explicativa também não lhes dizia nada de novo, como por exemplo colocaram dez mil euros nas atividades sociais, só que não especificaram quais as atividades, mais parecendo que colocaram ali apenas por colocar e/ou porque lhes tinham sugerido. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, que após ter cumprimentando todos os presentes referiu que tinha comentado com o colega que ao fim de doze horas de trabalho, chegava à Assembleia e levava um puxão de orelhas, como se fosse o grande responsável por nada se fazer na Junta de Freguesia. Prosseguiu dizendo que apesar de dizerem que não era nada político usava-se o termo: “Nós a CDU” e não era nada político, o que faria se fosse; no entanto a CDU reprovava

Orçamentos sem saber o motivo, como tinha acontecido no passado em S. Julião. Mas tudo tinha uma história, começava com o Executivo atual não ser o mesmo que tomou posse e a forma desleal como foram tratadas muitas pessoas nesse Executivo, o que por ser verdade deveria ser dito, uma vez que só existiu uma força partidária a elaborar o Orçamento, de nome CDU. Continuou, referindo que quando tinha concorrido a esta Junta de Freguesia como número dois pelo Partido Socialista, tinham-lhe dito que reconheciam as suas potencialidades, no entanto deveria ter em atenção que as Freguesias são as pessoas e não os partidos. Depois disto, na última semana, tinha-lhe chegado através de correio eletrónico uma mensagem do Presidente da Federação do Partido Socialista, da Distrital de Setúbal, dizendo que lhe queria falar pois tinha-lhe chegado um Orçamento com uma nota explicativa...., mediante o que ouvira teve que dar a sua opinião dizendo considerar isso um condicionamento de voto. Continuando referiu que aquilo não era política, mas sim condicionar o seu voto, o voto de uma pessoa que tinha sido eleito pelas pessoas da freguesia e estava a falar de factos políticos em que, no entanto, todos diziam não ser política mas que no fundo procediam como tal usando-a para tentar resolver os seus problemas. Prosseguiu fazendo referência que estava trabalhando em prol das pessoas da freguesia e ao votar fazia-o em consciência e por vontade própria de acordo com a sua maneira de pensar e não por ordem ou vontade de alguém, o que possivelmente não aconteceria a todos os presentes. Por fim salientou deixando um recado de que não havia necessidade de enviarem Orçamentos e pareceres para quem pensariam que tecnicamente estariam a cima dele, porque dentro do partido ele não tinha superiores e todas as suas decisões eram por vontade própria. Seguidamente continuou a sua intervenção falando do Orçamento e fazendo referência de que tinha tido duas reuniões, sobre o mesmo, com o Presidente, nas quais mencionou haver áreas que tinham poucos apoios e que numa freguesia com esta dimensão dez mil euros em relação a quarenta e tal mil pessoas não representava nada, no entanto todos tinham conhecimento de que após aprovação do Orçamento haveriam diversos valores que poderiam passar de umas rubricas para outras, no entanto globalmente foram feitas muito poucas alterações em relação às propostas. Em contra partida na Receita existia um grande empolamento, como por exemplo o caso da Lota e após a referida análise concluiu que nada o tinha feito mudar de ideias quanto ao Orçamento apresentado. Terminou referindo que, ao contrário do que tinha sido dito em relação à responsabilidade ser de quem reprovasse o Orçamento, não seria bem assim, pois a principal responsabilidade cairia em quem o elaborou, porque não teve o cuidado de escutar e respeitar as opiniões de todas as bancadas que compõem a Assembleia, para além de que também não têm respeitado os pedidos que têm sido feitos das contas da FESTASSO, há já dois anos.

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, António Freixo, que após saudar todos os presentes, referiu que todas as intervenções que tinham sido feitas pelas bancadas do CDS, PSD e PS, não levaram a solução nenhuma quanto aos problemas deste Orçamento. Apenas se limitaram a uma posição política para, simplesmente o chumbarem. Quanto à mensagem que o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, recebeu do Presidente da Federação do Partido Socialista da Distrital de Setúbal, possivelmente foi algum membro do próprio partido que lhe deu conhecimento do assunto sobre o Orçamento e da nota explicativa, daí a mensagem recebida, porque era inteiramente impossível ser por influência de outros partidos. Quanto a isto tudo ter História, realmente tem. O Muro de Berlim caiu, no entanto em Setúbal isso não aconteceu e continua a existir entre o Partido Comunista e o Partido Socialista cada vez está mais alto. Havia uma folha de Excel que dava ao Partido Socialista sessenta e tal por cento de votação e depois não ganhou as eleições e a partir desse momento ficou com um problema tão sério que ainda não conseguiu digerir, Nós somos conhecidos porque volta e meia engolimos uns sapos, agora elefantes nunca engolimos e este deve ser um bem grande. Concluindo referiu que ainda não tinha visto qualquer intervenção lógica e com cabimento para que este Orçamento fosse reprovado.-----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Silva, referindo que estavam há dois anos nesta Assembleia e nenhum membro, ainda, tinha recebido qualquer Orçamento por e-mail,

possivelmente o Presidente teria de perguntar aos funcionários se tinham enviado, pois tinha sido a primeira vez que isto tinha acontecido em dois anos.

Teve a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, referindo que deveriam ler, porque na declaração de voto da sua bancada que foi entregue referente ao último orçamento, estão lá todos os pontos que o senhor deputado não sabe, ou seja os valores que deveriam ser alterados, como sejam as despesas de pessoal que não têm a informação contabilística anexa, os bens e serviços com os valores, enfim tudo que diz respeito ao último orçamento e como do anterior para este não existem alterações tudo o que existe está mencionado nessas três folhas e são esses elementos que o senhor deputado precisa. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que era bom clarificar umas questões principalmente com a Coligação Por Setúbal, Por Si, quanto à questão se foram ouvidos e/ou se houve ou não houve oportunidade de serem ouvidos, uma vez que foram feitos contactos para que comparecessem na reunião a fim de todas as bancadas representadas na Assembleia poderem opinar sobre esta proposta apresentada. Portanto é no mínimo faltar à verdade quando afirmam que não foram vistos nem achados quanto a esta questão. Terminou referindo que todas as críticas não passavam de uma questão política, uma vez que os valores do Orçamento não passavam de uma estimativa para o ano, a qual tinha sido comparada com os valores do ano passado e que poderia ser alterada quando houvessem valores reais, principalmente na questão dos valores com o pessoal, mas tudo isto poderia ser debatido mais concretamente em abril, no entanto estavam recetivos a opiniões mais concretas e realistas sobre as alterações que pretendiam no Orçamento apresentado. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que nunca se tinham negado a qualquer diálogo e que tinham entregado, na última sessão, um requerimento sobre as dúvidas que tinham sobre o Orçamento. Para que chegassem a um consenso era necessário que o Executivo da Junta estivesse disponível para analisarem o Orçamento em conjunto, porque o que tinha sido feito tinha sido uma mera cópia do anterior, pelo que era inconcebível.

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, começando por referir que há cerca de trinta anos, estava ele na Assembleia Municipal, altura em que a APU estava na Presidência da Câmara, quando foi posto à votação o Orçamento e o Plano para o ano seguinte /83-84. O Partido Socialista estava na oposição e queria votar contra, no entanto tinha um certo pudor em dizer “nós queremos votar contra porque somos da oposição”. Então o que é que fizeram: (Isto é para verem como o tempo é eterno) Nas diversas Comissões da Especialidade da Assembleia, ele era o Coordenador da Comissão da Educação e Cultura. Então, pegaram no Orçamento e começaram a fazer perguntas de pormenor com resposta impossível, havendo uma nos seguintes termos: “Criação de Cursos para Diretores de Associações Juvenis, a Câmara pretendia fazer ações de formação para Diretores de Associações Juvenis. Os dois elementos do Partido Socialista começaram a perguntar: - vamos lá ver, que cursos é que vão fazer?” Ninguém sabia responder. – “Sobre que assuntos?”- “Como é que são selecionados os jovens?” - “Quem são os monitores?” – “Quem paga?” – “A que horas são os cursos?”. Ninguém sabia responder, como era evidente, então os cursos nunca chegaram a realizar-se. No fim daquelas contas todas impossíveis disseram com o ar muito sério: “sendo assim o Partido Socialista vai votar contra. Tendo feito isto sistematicamente em todas as Comissões. Como seria evidente, quando chegaram à Assembleia Municipal, pegaram neste role de perguntas inúteis e impossíveis de responder e disseram que em face daquilo tudo o Partido Socialista votava contra. Mas isto foi há trinta anos, no entanto, presentemente, os métodos parecem ser os mesmos. Então reparem: - Na sessão anterior desta Assembleia qual foram as grandes questões que a Coligação PSD-CDS colocou, mas que hoje ninguém falou disso, ou seja as Placas Toponímicas, que a senhora deputada nem sabia dizer o nome, mas que tinham um custo enorme. O senhor deputado levantou o problema das conversas telefónicas, na empresa dele era

barato e aqui era muito caro. Foi levantado o problema da bicicleta elétrica. Resumindo, os grandes obstáculos apresentados pela Coligação foram: as placas toponímicas, a bicicleta elétrica e custos do telefone. Curiosamente estes problemas deixaram de existir e passaram para os custos com o pessoal. Quanto à posição do Partido Socialista que anteriormente tinham levantado o problema com as avenças que deixou de existir e passou para a Receita que está empolada. Concluiu dizendo que seria preferível que dissessem: “Nós estamos na oposição, no ponto de vista político e/ou partidário não nos interessa aprovar este Orçamento e vamos votar contra”, pelo menos não se perdia tanto tempo com troca de palavras e perguntas desnecessárias era bom que houvesse um diálogo mais equilibrado. -----

Pediu a palavra o membro da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, referindo que todas as questões colocadas poderiam ter sido respondidas durante os últimos três meses. O membro Alberto Pereira falou com uma clareza incrível, no entanto o Executivo não responde ao que lhe foi pedido apesar das respostas serem claras e concisas em relação às necessidades que o povo tem; mas falando como Partido e não como Coligação, lamentou não terem tido oportunidade de dar opinião na Execução do Orçamento, por não terem sido chamados a participar, apenas receberam uma nota explicativa, o que demonstrou que o Executivo não se tinha esforçado para que o mesmo fosse aprovado, pois apresenta um praticamente igual ao que anteriormente tinha sido chumbado, apesar da bancada da Coligação ter entregado uma declaração de voto mencionando o que gostariam que fosse esclarecido. Terminou referindo que continuavam disponíveis e recetivos à convocatória para participarem na execução do orçamento, a fim de chegarem a um consenso tendo em atenção todas as opiniões das diferentes bancadas que compõem a Assembleia de Freguesia.

Teve a palavra o membro da bancada do Partido Socialista, João Inácio, referindo que o que se estava a passar na Assembleia era semelhante ao que muitas vezes se tinha passado quando ele estava no Executivo, ou seja que, apesar de estarem representadas diversas forças políticas e de todas elas darem opiniões, era como se não existissem e todos fossem da mesma cor, pois o que prevalecia eram as ideias da bancada da CDU, nunca havendo disponibilidade para escutar e analisar as opiniões das outras bancadas, esquecendo de que todos têm um só objetivo que é servir os interesses da população que compõem a freguesia, independentemente dos ideais de cada bancada. Quanto ao novo Orçamento apresentado é uma fotocópia mal tirada do anterior, apenas difere dele em quinze mil euros, o que representa uma falta de respeito não só para com os membros da Assembleia, como também pelos trabalhadores que estão a ser prejudicados e pela população em geral. Terminou referindo que o Executivo demonstra uma atitude de abertura, fazendo repassar que irá ter em conta as diversas opiniões das bancadas, mas no final o que é apresentado são as suas próprias ideias e vontades.

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que pelo que ouviu tinha havido um problema de relacionamento entre os Partidos, pois o Executivo tinha convocado todos os partidos, apesar de ter preferência de reunir com os eleitos do que com os partidos. Quanto aos elementos que saíram do Executivo, fizeram-no por livre vontade e não por imposição ou sugestão. Quanto ao Orçamento deveriam ser mais coerentes e mais explícitos, apresentando propostas concretas onde desejavam que fossem feitas alterações. Terminou referindo que achava por bem que as sugestões fossem apresentadas e discutidas na presente sessão de Assembleia.

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que tinha percebido perfeitamente o que tinha sido dito e que por essa ordem de ideias, logicamente ninguém apresentava papéis a ninguém, pois ele ainda estava à espera da resposta referente ao primeiro papel que tinha entregado há quase três anos. Seguidamente referiu como exemplo, de que as receitas estão empoladas, o Mercado da Lota que tinha tido uma execução de sessenta e três por cento e aparecia com um cabimento na receita de quarenta e cinco mil, ou seja uma rubrica que é executada a mais de sessenta por cento não deve ser empolada. Terminou referindo que a Junta de Freguesia deveria ser mais interventiva como Executivo e não apenas como Gestora, para além de que na

reunião que tinham tido com o Executivo tinham sugerido que as rubricas de caracter social, não só no âmbito do desporto como também no âmbito das Escolas, deveriam ter um valor maior, apesar do Presidente ter justificado que em relação às Escolas tinham acordado com as outras Freguesias que a verba por aluno seria igual para todas as Escolas. No entanto iriam entregar à Mesa uma declaração de voto referente à opinião da sua bancada em relação ao Orçamento apresentado (anexo 2).

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, referindo que queriam ter sido mais concretos, mas para isso teria sido necessário que lhes tivessem fornecido informação, pois só assim conseguiriam transmitir o que queriam e o que se deveria gastar, mas esta falta de informação tem sido uma constante lacuna da Junta, impossibilitando a possível ajuda que se poderia dar ao Executivo; passando a citar o exemplo do Mercado da Lota que não foi acompanhado de documentação suporte para se poder analisar se o aumento é significativo ou não; assim como a despesa com o pessoal, que também não foi acompanhada de documentação suporte para os valores que estão afetos; outra rubrica que também não foi acompanhada de documentação suporte foi a aquisição de bens e serviços, que apesar das aquisições estarem mencionado no PPI – PPA, não foi possível relacioná-las com os referidos valores. A falta de documentação suporte foi notória em muitas outras rubricas, o que nos levou a não ter um conhecimento concreto do que foi alterado e o porquê dessa alteração, motivo pelo qual não retificámos o Orçamento.-----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Silva, referindo que na Nota Explicativa o que o Executivo fez foi brincar com os números e exemplo disso era a rubrica de Impostos Diretos que teve um aumento de quinze mil euros, mas que depois na Despesa as rubricas correspondentes onde deveriam ser colocados esses valores aparecem a zero. Terminou dizendo que o que fizeram foi andar a brincar e a jogar com as rubricas, como que a atirarem areia para os olhos e caso aprovassem o Orçamento estariam a compactuar com esse procedimento.-----

Teve a palavra a membro da bancada da CDU, Olinda Peixoto, referindo que as intervenções tinham-na reportado para uma Sessão da Assembleia, após a tomada de posse da Junta, em que foi apresentado o logo tipo da Junta para aprovação e um elemento do PS tinha dito que gostava mas iria votar contra.

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que o Executivo deveria ter consultado todas as bancadas aquando da execução do Orçamento, evitando a sua reprovação. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU. Jorge Martins, referindo que se o Orçamento fosse reprovado significava que não poderiam cumprir com o que tinham prometido à população e que a oposição teria que assumir essa responsabilidade ao ter tomado essa posição, no entanto caberia à população fazer essa análise quanto à atividade da Junta nos próximos tempos. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, que em nome da sua bancada disse estarem disponíveis para reunir com o Executivo, a fim de chegarem a um consenso na alteração do Orçamento, caso este fosse reprovado e todos concordassem.-----

Teve a palavra a membro da bancada da CDU, Fátima Ferreira, referindo que tinha entrado para a Assembleia em dois mil e treze e antes nunca tinha trabalhado a nível político, no entanto a maior parte da sua vida tinha sido a trabalhar para a população, principalmente na sua Aldeia em que por solicitação dos moradores tinha trabalhado em prol da população. Continuando a sua intervenção referiu que o Executivo tinha mais de setenta por cento dos trabalhos concluídos, daqueles que estavam no seu programa e que tinham sido apresentados à população, com a qual se tinha comprometido executar. No entanto com a reprovação do Orçamento não há capacidade para continuar a desenvolver esse trabalho, que tanto tem agradado à população, motivo que no caso de ser questionada terá de explicar que os trabalhos têm que parar derivado à reprovação do Orçamento pelas bancadas do Partido Socialista e da Coligação Por Setúbal Si. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que iria fazer uma intervenção como elemento desta freguesia, principalmente para que o assunto ficasse não só esclarecido como também mais compreensível para quem estava a assistir à Sessão da Assembleia, tanto no aspeto técnico como no político. Em primeiro lugar esclareceu que andavam a debater este assunto há dois meses e não há três, como tinha sido dito. Seguidamente informou que a primeira Proposta do Orçamento apresentada a onze de dezembro e colocada para discussão não tinha sido chumbada pela Assembleia, mas sim retirada pelo senhor Presidente da Junta, derivado a ter assumido que a mesma tinha erros que deveriam ser corrigidos na questão das contas, daí a não ter sido trabalho político mas sim técnico. A segunda Proposta colocada em reunião extraordinária a 22 de dezembro, após algumas questões levantadas pelas bancadas acerca da identificação de algumas rubricas, surgiu a questão de que deveriam ser alteradas. No caso da bancada do Partido Socialista as questões levantadas foram três. Uma tinha a ver com o reforço de verba na educação, outra com as questões sociais e uma terceira com a questão do pessoal das avenças, não propriamente com o pessoal trabalhador que está contratado, mas sim com a forma como estão feitas as avenças, se estão legais, ou seja se essas avenças poderiam ter sido feitas nesses moldes, por uma entidade pública; apesar de nos ter sido dito pelo Presidente da Junta que tudo tinha sido elaborado segundo o parecer do jurista da Junta; no entanto houveram juristas que disseram o contrário e nesse caso os trabalhadores deveriam repor o dinheiro recebido, uma vez o contrato ser nulo. No entanto todos tinham e têm conhecimento da existência de duas vagas em aberto no quadro da Junta e da existência de uma “janela” no Orçamento de Estado, que possivelmente poderá dar hipótese a esse preenchimento, é uma questão de informação e tudo isto são questões técnicas. Quanto à solicitação de reforço na Educação - Infância e no Social, neste último foi reforçado em cento e cinquenta mil, mas não entendemos bem para quê e os quinze mil na Educação – Infância, não parecem reais, uma vez que no orçamento anterior estavam lançados seis mil, no atual aparecem onze mil, seis para onze dá uma diferença de cinco mil e não quinze e nos diversos materiais que também tem a ver com a educação e com os matérias das Escolas estavam vinte mil, tendo passado para dez mil. No que respeita à informação de que o salário mínimo tinha sido aumentado, também não está previsto na despesa, pois o valor para o pessoal é exatamente igual ao anterior. Concluindo referiu que o Partido Socialista não conseguiu estar presente na primeira reunião, mas esteve nas outras tendo apresentado propostas e uma outra questão que haviam salientado tinha a ver com o valor da receita do Mercado da Lota que também não estava atualizada em relação aos novos valores a serem cobrados após as obras. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, respondendo às questões colocadas referiu que a CDU teve em conta as opiniões das diversas bancadas ao fazer as alterações no Orçamento e que, quanto ao pessoal em avença tudo tinha sido tratado com o jurista da Junta, para que nada fosse feito ao acaso, preservando os direitos dos trabalhadores de forma a não serem prejudicados, no entanto se alguma bancada colocasse este assunto em questão só tinha que colocar a reclamação por escrito e/ou apresentar queixa-crime. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, começando por referir que tinham sido colocadas questões que os deixaram perplexos ao ouvi-las, pois pareciam que não tinham estado no mesmo sítio e há mesma hora nos acontecimentos passados. Referiu ainda que sempre teve e tinha uma postura seria, honesta e honrada de estar na política e muito menos andava a brincar com as situações, pois quando não possuía argumentos, assumia que não os possuía e para mais não se podia justificar o injustificável, pois tinha sido precisamente isso que tinham acabado de tentar fazer. Prosseguiu afirmando que premia sempre por afirmações e problemas concretos, realçando que tudo o que na sessão era feito ou dito tinha um caráter político e que na sua anterior intervenção tinha falado de coisas e problemas concretos inclusivamente o que estava a ser posto em causa sobre a não aprovação deste Orçamento. Dirigindo-se ao senhor Paulo Mateus, lamentou que tenha “andado perdido em combate”, no entanto a culpa não tinha sido do Executivo, uma vez que enviaram a

convocatória da reunião para a Coligação Por Setúbal, Por Si, assim como enviaram para as restantes bancadas que compõem a Assembleia. Quem depois foi contactado para comparecer na reunião não competiu à Junta. Quanto às questões colocadas pelo referido membro, deveriam ter sido colocadas na reunião e não foram, pois todas aquelas que colocaram foram tidas em conta, tendo o Executivo o cuidado de levar, para participarem na referida reunião, a equipa técnica da Junta que dá apoio nestas ações. Prosseguiu a intervenção esclarecendo que a primeira vez que o Orçamento foi retirado, tinha sido por falta da apresentação do mapa de pessoal. A segunda vez foi por haver empolamento na receita, ou seja por terem sido inseridas verbas que, apesar de terem conhecimento de que as iriam receber, não estavam documentadas, pelo que foram retiradas da receita e da despesa cento e treze mil euros. Quanto ao acerto do ordenado mínimo, referiu que seria ajustado quando a Junta recebesse a verba da Câmara para esse fim, caso contrário a receita ficaria empolada por falta de documentação. Respondendo aos dois elementos do Partido Socialista, que tinham afirmado terem sido tratados de forma desleal aquando em funções no Executivo, motivo que os levou a sair e regressar à Assembleia, salientou que não correspondia à verdade, e prova disso tinha sido que a esmagadora maioria das propostas aprovadas em reunião do Executivo tinham-no sido por unanimidade com esses senhores presentes nas referidas reuniões, motivo que o levou a questionar como foi possível alguém aprovar uma coisa e em seguida afirmar que não se identifica com o que acabara de aprovar; atitudes destas só provaram que não sabiam o que andavam a fazer, deveriam assumir que não tiveram capacidade para desempenhar a função a que se propuseram e não darem desculpas esfarrapadas ao justificarem a desistência dos cargos, culpando quem não teve culpa. Sobre o correio eletrónico que o Partido Socialista referiu ter sido enviado a quem não devia, respondeu não saber nada acerca desse assunto, simplesmente tinha solicitado aos serviços administrativos para enviarem os documentos aos partidos representados na Assembleia, através de correio eletrónico que cada partido tinha fornecido; portanto se foram para sítios que não deveriam, a culpa não tinha sido da Junta, até porque seria uma atitude muito baixa e sem qualificação da parte de quem a praticasse, para além de que a Junta nunca pressionou nem pressiona ninguém. Passando a outras questões e referindo-se à expressão mencionada por um membro da Assembleia de que “deveriam negociar a sério a execução do Orçamento”, informou que tinha sido isso que o Executivo tinha tentado fazer, no entanto, quem compareceu na reunião ao ser questionado sobre quais as alterações a apresentar na rubrica da Educação, em vez de apresentar propostas concretas e escritas, a fim de serem debatidas, sobre o que realmente queriam ver contemplado no Orçamento, responderam: - “o senhor Presidente é que sabe, quem governa é você”. Mediante tais atitudes não se conseguiu chegar a um consenso e lamentavelmente os comentários que têm sido feitos são contra o Executivo, mas o problema não tem a ver com a falta de informação, mas sim com uma grande falta de conhecimento e de vontade de entendimento por parte das bancadas em questão. Quanto ao Mercado da Lota as questões colocadas não tinham razão de ser, uma vez que na referida reunião a Tesoureira do Executivo, Eugénia Silva, levou vinte minutos a explicar com todo o pormenor tudo sobre o referido Mercado, incluindo a explicação sobre as verbas que lhe estavam afetas, tanto as gastas no último ano, como as que pensavam gastar no corrente ano; mas perante o que tinham mencionado sobre o mesmo, tudo o que tinha sido explicado não tinha servido para nada. Quanto ao Protocolo de Competências, explicou que o dinheiro que lhe está afeto só pode ser gasto com os trabalhos que lhe são inerentes e todos os trimestres são apresentados relatórios das verbas gastas acompanhadas dos respetivos documentos comprovativos. No final de cada ano, a Junta tem que justificar os gastos de todas as rubricas e solicitar autorização para transferir verbas de umas rubricas para as outras em caso de haver discrepâncias. Quanto às questões dos concursos a Junta tem todo o interesse em dar melhores condições e segurança aos trabalhadores, mas para isso o Mapa de Pessoal tem que estar aprovado e como sabem ele está inserido no Orçamento, dependendo da sua aprovação. Terminando a sua intervenção referiu que a Junta tem apresentado trabalho realizado em prol da população, mediante

a colaboração da Assembleia de Freguesia com a aprovação dos Orçamentos. Para continuar a realizar trabalho, o Executivo referiu estar disponível para realizar uma nova reunião com elementos das diferentes bancadas, a fim de chegarem a um consenso, mas ao mesmo tempo agradecia que apresentassem propostas concretas e de preferência escritas. -----

A Presidente da Mesa teve a palavra para esclarecer o senhor Presidente da Junta de que na primeira reunião em que o Orçamento foi retirado, não tinha sido por falta do Mapa de Pessoal mas sim por falta da Tabela de Taxas e sem ela não se podia aprovar o Orçamento. O que tinha sido levantado pela bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, foi o valor da Delegação de Competências que não estava correto e essa receita não estava bem, também nessa altura como não se sabia o valor a atribuir ao salário mínimo, por ser em Dezembro, não podendo ser atribuído no Orçamento, no entanto no Orçamento atual, como já se sabe o valor ele poderia ter vindo mencionado na despesa. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, referindo que o Presidente ao mencionar a questão de “orçamentar antes de ter a certeza”, mas para isso é que existem as retificações orçamentais e se daí a seis meses existe uma verba para se fazer qualquer coisa, será feita uma retificação orçamental; mas não a poderá colocar seis ou sete meses antes, porque não tem interesse nenhum; foi o caso que aconteceu com a verba do Protocolo, ou seja que tinha sido colocada porque iria ter, mas que ainda não tinha, por esse motivo é que o Orçamento foi retirado. No entanto este ano é diferente uma vez que o Orçamento ainda não foi aprovado. No entanto se trabalharam bem com o Orçamento do ano passado, poderão continuar a fazê-lo até que o deste ano seja aprovado pelo Executivo e pela Assembleia. Terminou a sua intervenção referindo que caso o Executivo concordasse enviaria uma convocatória a cada bancada da Assembleia para estarem presentes numa reunião a fim de apresentarem as respetivas propostas de alteração ao Orçamento. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, João Inácio, referindo que a sua intervenção sobre o que se tinha passado no início da presente sessão, com a comparação do que se tinha passado com ele no Executivo, não tinha sido uma questão de carácter pessoal, mas sim uma constatação de factos passados, no entanto tinha-se sentido lesado com o que tinha sido dito pelo senhor Presidente da Junta, achando que não tinha sido correto da parte dele, motivo que o levou a pedir a palavra. Em relação ao que tinha sido dito de não terem aguentado estar no Executivo, referiu não ter entendido, pois uma das pessoas que saíra, tinha sido ele e fê-lo por razões óbvias. Os primeiros a saírem tinham sido os dois membros da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si. Se os quatro elementos que estavam em maioria eram os dois que tinham saído mais os dois que pertenciam à bancada do Partido Socialista, isso significaria que estes últimos, sendo ele um deles, ficariam em minoria, daí a ter optado por sair. Continuou, referindo que iria responder diretamente, uma vez que se tinha sentido atacado pessoalmente, caso contrário não o faria e passou a dizer que quando esteve no Executivo tinham acontecido várias situações pelas quais tinha passado, sendo uma delas idêntica há que estava a ser vivida e mencionada pelos deputados ali presentes, ou seja o não acesso à informação; apesar da referida informação ter sido solicitada por diversas vezes, não só em relação ao pessoal, tendo questionado sobre o que faziam, quantos eram, quanto recebiam, como também em relação ao evento FESTASSO, todos estes pedidos apesar de terem sido feitos n vezes, ficaram no esquecimento e nunca obteve resposta. Terminou a sua intervenção referindo que, para além destas situações, tinham havido outras como por exemplo propostas das quais só tiveram conhecimento quando já eram factos consumados. -----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que já tinha percebido que o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Paulo Mateus, na sua intervenção tinha dado a entender que queria que o Executivo governasse em duodécimos, pelo que a CDU não teria problema em fazê-lo, no entanto lamentou o facto de terem dado a entender que procederam dessa maneira apenas com o propósito de atrofiar a governação da CDU, mas não será por aí que a gestão

não será feita, pois a CDU irá continuar a trabalhar e a desenvolver esforços para que a população não seja lesada. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Pedro Gaivéo, que após cumprimentar os presentes e ter lamentado tudo o que se tinha passado na presente sessão, disse que era sua intenção aprovar o Orçamento pois sabia o quanto ele era necessário para uma boa gestão, mas gostaria que o senhor Presidente da Junta lhe respondesse se realmente tinha sido enviada convocatória a todas as bancadas para comparecerem na reunião sobre a apresentação de propostas para alteração ao Orçamento, uma vez que também ele não tinha tido conhecimento da referida convocatória, assim como os restantes membros da Coligação. Terminou a sua intervenção lamentando que em vez de se preocuparem em resolver problemas da freguesia, como por exemplo chegarem a um consenso para aprovação do Orçamento, tenham, em vez disso, entrado em discussões políticas que não contribuem em nada para o bem-estar da população, função para a qual todos tinham sido eleitos. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Partido Socialista, Paulo Gomes, referindo que conseguia perceber a insatisfação do Presidente e que tinha acreditado quase em tudo o que ele tinha dito, no entanto salientou que as linhas não eram bem aquelas, o Partido Socialista não quer por em causa qualquer empregado que preste serviço à freguesia, o que deseja é a segurança de todos eles, porque querer que as coisas sejam feitas de outra forma, não quer dizer que não queiram que as coisas andem. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que não tinha havido convocatória, mas sim uma nota enviada em correio eletrónico, a qual não especificava o dia, nem a hora, nem o local da reunião. No entanto a bancada tinha entregado, na última sessão da Assembleia, uma declaração de voto escrita, especificando as alterações que gostava que fizessem ao Orçamento.

Teve a palavra a 2ª secretária da Assembleia, Dina Lança, referindo que, como funcionária há mais de 20 anos, qualquer convocatória tinha que obedecer à seguinte regra: dia, hora, local e ordem de trabalhos. Terminando a sua intervenção solicitou ao Presidente da Junta que apresentasse uma cópia da convocatória enviada, para que tudo ficasse esclarecido.

Teve a palavra a Presidente da Mesa esclarecendo que o assunto da convocatória seria um assunto a ser esclarecido entre o Presidente da Junta e a bancada da Coligação. O PS não recebeu uma convocatória formal mas foi convocado. Seguidamente referiu que, como membro da Assembleia gostaria de esclarecer um assunto que pensa mal-entendido. Durante a reunião foi dito pela bancada do PS ao senhor Presidente da Junta que deveria ser feito um reforço de verba na área social, conforme a bancada do PS tinha pedido, tendo sido referido pelo PS que não iríamos gerir pelo Executivo, mas que a verba no apoio social deveria ser maior, no entanto foi dito que tínhamos consciência de que o programa e as intenções eram as do Executivo, mas que no entanto com mais verba poderiam fazer mais nesta área e demos-lhes essa liberdade. A rubrica da Educação tem mais cinco mil euros, mas seguidamente é retirado em obras com a educação e realmente o saldo não é o que foi dito pelo senhor Presidente. Quanto à questão das bancas, só foi solicitado o valor da banca, para se avaliar o valor da receita, quanto ao valor das adjudicações não foi falado, mas foi colocada a questão de quantos meses, qual o valor, quantas bancas e como tudo isto não estará antes de maio, portanto não poderiam ser colocados valores em Janeiro. Terminou a sua intervenção não só referindo-se à atualização do ordenado mínimo que já deveria estar mencionado na despesa, como também informou de que todas as declarações de voto e restantes documentos entregues na Mesa da Assembleia para chegarem ao Executivo da Junta foram devidamente encaminhados.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo que não iria falar sobre assuntos que já tinham sido mencionados, no entanto informou de que os ordenados mínimos estavam a ser pagos com a respetiva atualização e só no dia anterior tinham tido informação da Câmara que tinham aprovado este reforço, mas para não haver empolamentos, uma vez não haver documentos comprovativos

essas verbas só são colocadas na devida altura. Terminou a sua intervenção referindo que em relação às convocatórias, os procedimentos que tiveram com a bancada do Partido Socialista foram exatamente os mesmos que tiveram com a bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si.

Seguidamente a Presidente da Mesa colocou para votação a Proposta do Orçamento, tendo o mesmo ficado reprovado com oito votos a favor (7 CDU; 1 BE), dez votos contra (7 PS; 3 Coligação) e uma abstenção (1 Coligação).

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram vinte e quatro horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que contem doze páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Ana Pereira

Presidente da Assembleia de Freguesia

Ana Pereira

1ª Secretária

[Assinatura]

2ª Secretária

[Assinatura]

DECLARACAO DE VOTO

Os Deputados da **Coligação Por Setúbal, Por Si** (PSD/CDS), eleitos à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, declaram o seguinte:

- De acordo com o artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao executivo da Junta de Freguesia elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia as opções do plano e a proposta de orçamento.

- Quanto aos documentos apresentados, sobre o Orçamento, de Receita e de Despesa, registamos o seguinte:

-

- Na Receita: Há uma falta de suporte documental que justifique os valores inscritos relativamente ao **Mercado da Lota**. No decorrer das anteriores Assembleias, o Executivo não conseguiu demonstrar de forma clara a exequibilidade de valores que, quanto a nós, são bastante empolados.

-

- Na Despesa:

- a) Nas **Despesas com o Pessoal** começamos por dizer e é muito importante que fique bem claro, que nos faltou qualquer suporte documental para analisar de uma forma sustentada esta questão.

-

- b) Em **Aquisição de Bens e Serviços**, com uma dotação de 267.107,92€, realçamos o facto de apenas 5.000€ se destinarem a **Conservação de Arruamentos e Pavimentos Pedonais**, grave carência do território da freguesia;

-

-

-
-
- c) **Combustíveis e Lubrificantes**, apesar do executivo prever a aquisição de duas novas viaturas, não tem incremento significativo relativo ao ano anterior. Foi nos informado por parte do Sr. Presidente que a CMS irá fornecer Gasóleo como forma de pagamento da compra de alcatrão. Não existe qualquer suporte documental;
-
- d) **Limpeza e Higiene**, uma necessidade visível da freguesia. Se antes já lamentávamos o facto de estarem apenas cabimentados 10.000,00€, ficamos chocados com a diminuição para 6.500,00€, e pela insistência na manutenção deste valor, sendo que o valor para as próprias instalações da Junta (3.500,00€) é superior ao da **Limpeza e Higiene Urbana** que antes era de 6.000,00€, tinha passado para 3.000€, valor que se mantém e que achamos ser manifestamente insuficiente para as necessidades da população;
-
- e) Várias rubricas, **Publicidade, Boletim Informativo da União de Freguesias de Setúbal, Fest'Asso, Rotas das Artes e Sabores, Mostra de Profissões e Tradições Marítimas, Acções de Cidadania e Datas Comemorativas,, Diversos, Dinamização do Centro Histórico e Festas Locais**, totalizam um valor de 39,7520,00€, valor demasiado elevado, sem critério e sem estar devidamente detalhado.
- Nas Grandes Opções do Plano, registamos com agrado a menção ao projecto "Setúbal – Cidade Europeia do Desporto 2016". No Orçamento e no PPA registamos a ausência. Registamos a intenção de construir um novo auditório em anexo à sede da Freguesia. No PPI registamos a ausência do investimento;
-

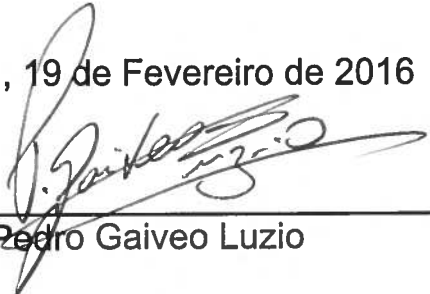
O Orçamento e o PPA reflecte totalmente uma quantidade de opções políticas e gastos de verbas do executivo para o ano seguinte, que em grande parte não nos revemos;

- À data de hoje, o Executivo já executou o mes de Janeiro, mas o Orçamento agora apresentado não reflecte essa realidade;

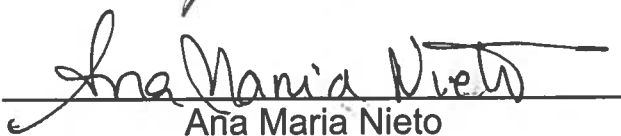
- A orientação deste Orçamento claramente não responde as verdadeiras necessidades da freguesia.

Face ao exposto, o voto dos eleitos da Coligação PSD/CDS é contra.

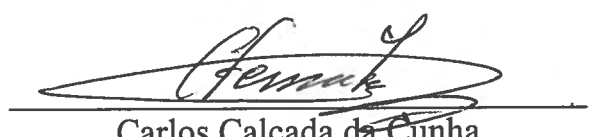
Setúbal, 19 de Fevereiro de 2016



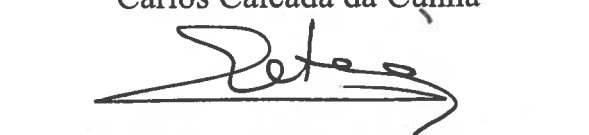
Pedro Gaiveo Luzio



Ana Maria Nieto



Carlos Calçada da Cunha



Paulo Mateus



União de Freguesias de Setúbal

(São Julião, Santa Maria da Graça e Nossa Senhora da Anunciada)

Declaração de voto

Votação do Orçamento, PPA e PPI para 2016

Após uma análise cuidada à presente proposta de Orçamento, PPA e PPI apresentada pelo executivo CDU / BE, para o ano de 2016 os eleitos pelo PS nesta assembleia declaram votar contra.

E declaram votar contra, por considerarem que este é um orçamento irrealista, que apresenta em rubricas da receita um injustificável e brutal empolamento, o que se comprova quando comparado com o orçamento de 2015 e consequente execução da receita até 30 de novembro.

Esta proposta de orçamento aumenta, comparativamente ao ano de 2015, mais de 122.500€ na sua receita. Algumas das suas rubricas apresentam à data uma baixa execução orçamental, contudo para 2016 aumentam vários milhares de euros sem que as Grandes Opções do Plano demonstrem justificação para tal.

Tome-se o exemplo da rubrica "04 Taxas, multas e outras penalidades" que apresenta um incremento superior a 45.000€, ou a rubrica "04 01 23 01 01 Mercado da Lota – (N.S. Anunciada)", que com uma execução de 63,68% em 30 de novembro de 2015 aumenta em 2016 mais 23.000€. Sendo de realçar neste último caso, que o espaço em questão será fruto de intervenção e que o aumento da receita expectável só ocorrerá daqui por alguns meses, sobressai uma vez mais o irrealismo da receita prevista em orçamento.

Também no que ao Orçamento da Despesa concerne, verifica-se um aumento de 32.500€ na rubrica "01 01 07 Pessoal em regime de tarefa ou Avença", que sendo uma figura de exceção no quadro legislativo atual e face à admissão de pessoal recentemente ocorrida, não se afigura adequado.

De realçar também que, sendo atualmente o valor do Salário Mínimo (RMMG) de 530€, de acordo com o Decreto-Lei n 254-A/2015, não se observa qualquer alteração na rubrica "01 Despesas com pessoal" em comparação com a proposta de orçamento apresentada em 21 de dezembro de 2015, o que reflete que esta importante variável não foi considerada no documento agora em análise.

Para finalizar, os eleitos do Partido Socialista continuam a sublinhar a relevância da área Educação para a freguesia. E assim, considerando o relevante aumento da receita, estranham que a rubrica "04 05 01 01 Escolas para gastos com expediente e limpeza"

mantenha uma previsão igual ao orçamento para 2015 e permaneça também igual às anteriores propostas apresentadas. Acresce a esta discordância o facto de na rubrica "02 01 21 02 Diversos materiais para trabalhos a realizar nas nossas Escolas/Jardins de Infância" esta proposta de orçamento incluir uma redução de 10.000€ e que o aumento significativo na rubrica "04 08 Famílias" seja totalmente canalizada para o pagamento dos funcionários ao abrigo do programa CEIS – Contrato de Emprego e Inserção (IEFP).

É incompreensível que o orçamento hoje apresentado pela CDU e BE, e que reflete um aumento de 15.000€ na rubrica "01 Impostos diretos", não preveja ainda o reforço das verbas destinadas a estas áreas.

Obviamente que os eleitos do PS nesta Assembleia de Freguesia não podem concordar com estas opções, penalizando essa escolha política da CDU e BE com o voto contra este Orçamento.

Um Orçamento no qual os eleitos do PS não se reveem. Sendo um orçamento que consideram não contribuir para uma melhoria das condições de vida das populações de São Julião, Santa Maria da Graça e Nossa Senhora da Anunciada, pelo que justificam o seu voto contra esta proposta agora apresentada, estando disponíveis para analisar outra proposta que seja realista e que se consubstancie nas preocupações supra expostas.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Paulo Jesus
Arlo Silva
Ana Godinho
João João
Ana Pereira
Sofia Mota
João Silva

Setúbal, 19 de fevereiro de 2016

UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE SETÚBAL
Documento Entrada
Nº 716
Data 22/02/2016
Funcionário/a Ric

Recebido a
19/02/2016


- Solicito envio para
Presidente da Junta, para
reportar a mesma à
bancada da
coligação PSD/ CDS
PP "Por Setúbal Por Si".

Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Setúbal

Setúbal, _19 / _02 / _2016_

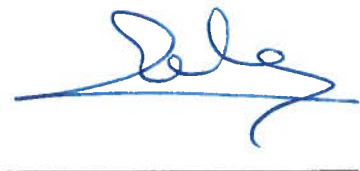
ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÕES.

Exma. Senhora Presidente,

Paulo José teixeira da Silva Mateus, membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, eleita nas listas da Coligação PPD PSD/ CDS PP "Por Setúbal Por Si", vem, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, solicitar:

1. Que a Srª Presidente diligencie junto ao Executivo o cumprimento das suas obrigações perante esta Assembleia e seus membros para que seja facultado a todos, a informação sobre **TODOS** os colaboradores desta Junta, independentemente da sua função ou vínculo e **TODAS** as informações adjacentes à sua contratualização.
2. As informações adjacentes são:
 - Salário Base ou valor recibo mensualizado
 - Sub. De Refeição, Sub. Férias, Sub. Natal, Abono Falhas
 - Impostos
 - Outros Gastos

Ficando a aguardar a competente resposta no prazo legal, apresento os melhores cumprimentos.



DECLARACAO DE VOTO

Os Deputados da **Coligação Por Setúbal, Por Si** (PSD/CDS), eleitos à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, declaram o seguinte:

- De acordo com o artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao executivo da Junta de Freguesia elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia as opções do plano e a proposta de orçamento.

- Quanto aos documentos apresentados, sobre o Orçamento, de Receita e de Despesa, registamos o seguinte:

-

- Na Receita: Há uma falta de suporte documental que justifique os valores inscritos relativamente ao **Mercado da Lota**. No decorrer das anteriores Assembleias, o Executivo não conseguiu demonstrar de forma clara a exequibilidade de valores que, quanto a nós, são bastante empolados.

-

- Na Despesa:

- a) Nas **Despesas com o Pessoal** começamos por dizer e é muito importante que fique bem claro, que nos faltou qualquer suporte documental para analisar de uma forma sustentada esta questão.

-

- b) Em **Aquisição de Bens e Serviços**, com uma dotação de 267.107,92€, realçamos o facto de apenas 5.000€ se destinarem a **Conservação de Arruamentos e Pavimentos Pedonais**, grave carência do território da freguesia;

-

-

-
-
- c) **Combustíveis e Lubrificantes**, apesar do executivo prever a aquisição de duas novas viaturas, não tem incremento significativo relativo ao ano anterior. Foi nos informado por parte do Sr. Presidente que a CMS irá fornecer Gasóleo como forma de pagamento da compra de alcatrão. Não existe qualquer suporte documental;
-
- d) **Limpeza e Higiene**, uma necessidade visível da freguesia. Se antes já lamentávamos o facto de estarem apenas cabimentados 10.000,00€, ficamos chocados com a diminuição para 6.500,00€, e pela insistência na manutenção deste valor, sendo que o valor para as próprias instalações da Junta (3.500,00€) é superior ao da **Limpeza e Higiene Urbana** que antes era de 6.000,00€, tinha passado para 3.000€, valor que se mantém e que achamos ser manifestamente insuficiente para as necessidades da população;
-
- e) Várias rubricas, **Publicidade, Boletim Informativo da União de Freguesias de Setúbal, Fest'Asso, Rotas das Artes e Sabores, Mostra de Profissões e Tradições Marítimas, Acções de Cidadania e Datas Comemorativas,, Diversos, Dinamização do Centro Histórico e Festas Locais**, totalizam um valor de 39,7520,00€, valor demasiado elevado, sem critério e sem estar devidamente detalhado.
- Nas Grandes Opções do Plano, registamos com agrado a menção ao projecto "Setúbal – Cidade Europeia do Desporto 2016". No Orçamento e no PPA registamos a ausência. Registamos a intenção de construir um novo auditório em anexo à sede da Freguesia. No PPI registamos a ausência do investimento;
-

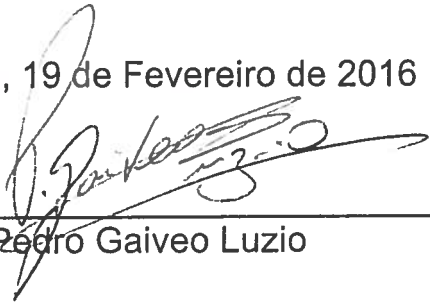
O Orçamento e o PPA reflecte totalmente uma quantidade de opções políticas e gastos de verbas do executivo para o ano seguinte, que em grande parte não nos revemos;

- À data de hoje, o Executivo já executou o mes de Janeiro, mas o Orçamento agora apresentado não reflecte essa realidade;

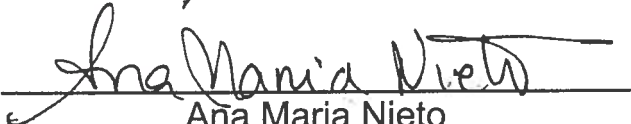
- A orientação deste Orçamento claramente não responde as verdadeiras necessidades da freguesia.

Face ao exposto, o voto dos eleitos da Coligação PSD/CDS é contra.

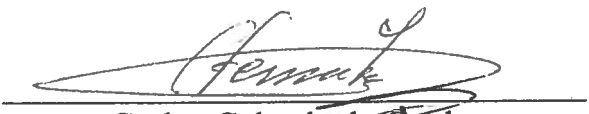
Setúbal, 19 de Fevereiro de 2016



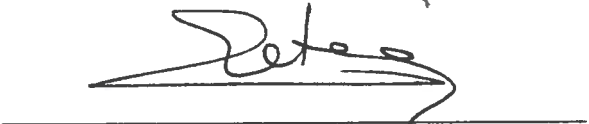
Pedro Gaiveo Luzio



Ana Maria Nieto



Carlos Calçada da Cunha



Paulo Mateus



Anexo 2

Handwritten signatures and initials in blue ink.

União de Freguesias de Setúbal

(São Julião, Santa Maria da Graça e Nossa Senhora da Anunciada)

Declaração de voto

Votação do Orçamento, PPA e PPI para 2016

Após uma análise cuidada à presente proposta de Orçamento, PPA e PPI apresentada pelo executivo CDU / BE, para o ano de 2016 os eleitos pelo PS nesta assembleia declaram votar contra.

E declaram votar contra, por considerarem que este é um orçamento irrealista, que apresenta em rubricas da receita um injustificável e brutal empolamento, o que se comprova quando comparado com o orçamento de 2015 e consequente execução da receita até 30 de novembro.

Esta proposta de orçamento aumenta, comparativamente ao ano de 2015, mais de 122.500€ na sua receita. Algumas das suas rubricas apresentam à data uma baixa execução orçamental, contudo para 2016 aumentam vários milhares de euros sem que as Grandes Opções do Plano demonstrem justificação para tal.

Tome-se o exemplo da rubrica "04 Taxas, multas e outras penalidades" que apresenta um incremento superior a 45.000€, ou a rubrica "04 01 23 01 01 Mercado da Lota – (N.S. Anunciada)", que com uma execução de 63,68% em 30 de novembro de 2015 aumenta em 2016 mais 23.000€. Sendo de realçar neste último caso, que o espaço em questão será fruto de intervenção e que o aumento da receita expectável só ocorrerá daqui por alguns meses, sobressai uma vez mais o irrealismo da receita prevista em orçamento.

Também no que ao Orçamento da Despesa concerne, verifica-se um aumento de 32.500€ na rubrica "01 01 07 Pessoal em regime de tarefa ou Avença", que sendo uma figura de exceção no quadro legislativo atual e face à admissão de pessoal recentemente ocorrida, não se afigura adequado.

De realçar também que, sendo atualmente o valor do Salário Mínimo (RMMG) de 530€, de acordo com o Decreto-Lei n 254-A/2015, não se observa qualquer alteração na rubrica "01 Despesas com pessoal" em comparação com a proposta de orçamento apresentada em 21 de dezembro de 2015, o que reflete que esta importante variável não foi considerada no documento agora em análise.

Para finalizar, os eleitos do Partido Socialista continuam a sublinhar a relevância da área Educação para a freguesia. E assim, considerando o relevante aumento da receita, estranham que a rubrica "04 05 01 01 Escolas para gastos com expediente e limpeza"

mantenha uma previsão igual ao orçamento para 2015 e permaneça também igual às anteriores propostas apresentadas. Acresce a esta discordância o facto de na rubrica "02 01 21 02 Diversos materiais para trabalhos a realizar nas nossas Escolas/Jardins de Infância" esta proposta de orçamento incluir uma redução de 10.000€ e que o aumento significativo na rubrica "04 08 Famílias" seja totalmente canalizada para o pagamento dos funcionários ao abrigo do programa CEIS – Contrato de Emprego e Inserção (IEFP).

É incompreensível que o orçamento hoje apresentado pela CDU e BE, e que reflete um aumento de 15.000€ na rubrica "01 Impostos diretos", não preveja ainda o reforço das verbas destinadas a estas áreas.

Obviamente que os eleitos do PS nesta Assembleia de Freguesia não podem concordar com estas opções, penalizando essa escolha política da CDU e BE com o voto contra este Orçamento.

Um Orçamento no qual os eleitos do PS não se reveem. Sendo um orçamento que consideram não contribuir para uma melhoria das condições de vida das populações de São Julião, Santa Maria da Graça e Nossa Senhora da Anunciada, pelo que justificam o seu voto contra esta proposta agora apresentada, estando disponíveis para analisar outra proposta que seja realista e que se consubstancie nas preocupações supra expostas.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Paulo Gus
Alc. Silva
Ana Gomes
João Gomes
Ana Pereira
Santos Mota
João Silva

Setúbal, 19 de fevereiro de 2016